

MÓDULO II

CULTURA DO TRABALHO NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES

Erlando da Silva Rêses¹

A reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos encaminha necessariamente para a análise das relações entre Trabalho e Educação, entendendo o trabalho como instância constitutiva da formação humana. O presente texto apresenta o trabalho como eixo articulador dessa modalidade de ensino, ao mesmo tempo em que se retoma a tese do trabalho como princípio educativo e destaca a centralidade do conceito de classe social para a compreensão da EJA e de seus sujeitos em permanente luta por seus direitos, segundo diferentes níveis de consciência e organização política em movimentos sociais populares, estudantis, sindicais e partidários contra os interesses do capital. A EJA tem se configurado como educação de segunda classe para aqueles aos quais o Estado não assegura direito pleno à educação, ou seja, a universalização das condições, não só de acesso e permanência, mas de acesso ao conhecimento científico e tecnológico. O objetivo é debruçar-se sobre a diversidade de atividades de trabalho que constituem a totalidade dos processos de reprodução social da existência, mais do que afirmar que a maioria dos estudantes da EJA é de trabalhadores e trabalhadoras.

Nas aulas de EJA é relevante perceber as diversas maneiras como os estudantes lidam com o mundo do trabalho. Na sociedade capitalista, a chamada “acumulação flexível” exclui uma parcela considerável de trabalhadores da possibilidade de um trabalho assalariado fixo e com garantia de direitos sociais. A flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho têm provocado a criação de postos de trabalho cada vez mais precários. É comum encontrar pessoas que fazem da rua o seu local de trabalho. Como educadores, seria oportuno desvendar a dinâmica do mundo do trabalho e como os estudantes se movimentam nele. Para ilustrar a importância das experiências individuais e coletivas nos processos educativos, Thompson (2002, p. 13) destaca que

O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modificada, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, influencia todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas

¹ A construção do texto contou com a colaboração e leitura crítica dos professores da FE/UnB: Simone Aparecida Lisniowski, Maria Luiza Pinho Pereira, Adriana Almeida Sales de Melo e Renato Hilário dos Reis.

disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo.

Edward Thompson, historiador inglês de concepção teórica marxista, em seus estudos sobre a cultura dos trabalhadores no século XVIII e XIX, afirma que classe social é uma formação tanto cultural quanto econômica, pois são as experiências comuns, herdadas e partilhadas, que criam uma identidade de interesses que se diferem (e geralmente se opõem) à de outros grupos sociais.

As classes trabalhadoras também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, como obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (Thompson, 1981, p. 193).

Paulo Freire na obra “Educação como prática da liberdade” (1976) discute o conceito de cultura vinculado ao mundo do trabalho. Antes da inserção no mundo da comunicação escrita inicia-se o processo de superação da compreensão mágica do mundo: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9). O papel ativo do ser humano na construção da realidade permite entender “a cultura como resultado do seu trabalho, do seu esforço criador e recriador; o sentido transcendental de suas relações; a dimensão humanística da cultura; a cultura como aquisição sistemática da experiência humana; como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como justaposição de informes ou prescrições doadas” (Freire, 1976, p. 109). Para Paulo Freire o processo de desvelamento e democratização da cultura contribuiriam para a compreensão dos seres humanos como seres “no mundo e com o mundo”. O sujeito descobrir-se-ia, criticamente, como fazedor deste mundo de cultura. Neste sentido, tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como a obra de um grande escultor, de um pintor, de um grande místico, de um pensador, de um poeta ou de um cancionista popular. Cultura é toda criação humana (Freire, 1976, p. 109). Assim surgem os círculos de cultura das experiências freireanas, como resultado da inserção do adulto no processo de produção da vida social.

Marx, na obra Para a Crítica da Economia Política, entende o trabalho como mediação dialética dos seres humanos com a natureza, assumindo diferentes conotações ao longo da história. Ao tratar das relações entre produção, distribuição, troca e consumo e, em última instância, dos vínculos entre trabalho e cultura, Marx assinala que “o objeto da arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e apreciar a beleza. Portanto, a produção não só cria um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o

objeto” (Marx, 1978, p. 100). Portanto, com relação aos vínculos entre trabalho e cultura, observamos que os grupos humanos trabalham de acordo com uma determinada cultura e, ao trabalhar, produzem cultura.

Thompson, na obra “Costumes em Comum”, analisa os costumes como *ethos* comportamental peculiar às camadas populares. Em sua análise, a manutenção dos costumes define uma espécie de resistência popular às normas e regras oriundas das classes dominantes, em especial vindas do processo de alfabetização da plebe. O costume não se encerra com tentativas de suplantação vindas de cima. Ele está em movimento e faz parte da experiência da classe trabalhadora (Thompson, 1998).

No cenário complexo do mundo do trabalho participam fundamentalmente as camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora e, com certeza, entre eles estão os estudantes da EJA. Estes, além de não usufruírem das promessas da burguesia quanto ao direito e ao trabalho, sua condição de classe não lhes permitiu exercer na infância e juventude o direito à educação básica. Na esperança de um futuro melhor, eles retornam para a escola com o objetivo de ajudar na escolarização dos filhos e netos, da busca por emprego, da locomoção em transporte, da leitura de textos, da compreensão das estruturas de poder e de organização política ou da abertura de um negócio próprio. Assim, não basta reconhecer que as salas de EJA estão repletas de trabalhadores. Em que medida estamos atentos às particularidades e singularidades dos processos de produção da vida social? Em que medida contribuimos para transformar as experiências vividas em experiências percebidas e modificadas como experiência de classe? Os estudantes da EJA têm muito a nos revelar sobre as formas pelas quais tentam a reprodução social da vida, inclusive sua luta por direitos organizada em movimentos sociais populares, estudantis, sindicais e partidários. No Brasil, diversas culturas do trabalho se tornam subordinadas à cultura do capital, entre elas, destacam-se a dos quilombolas, indígenas e dos trabalhadores associados na produção que, a partir dos anos de 1980, com a crise do emprego, passaram a se organizar de forma associativa e autogestionária, em torno do que hoje chamamos de economia popular solidária (Item 5 deste texto). (Tiriba e Ciavatta, 2011).

Considerando as condições objetivas de realização do trabalho docente em EJA na rede pública, há que reconhecer na sala de EJA o desafio instigante do DIÁLOGO entre TRABALHADORES estudantes e TRABALHADORES servidores públicos-professores diante dos interesses do capital, quando limita-se a educação à inclusão social como inserção na sociedade individualista, materialista, competitiva, consumista e não a inserção na luta por uma nova sociedade justa e igualitária, radicalmente HUMANA.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO MUNDO DO TRABALHO

1) ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais de empresas, geralmente pequenas e médias, nas quais os agentes econômicos compartilham uma atividade econômica e relacionam-se com agentes sociais e políticos vinculados a essa atividade, ou seja, é uma concentração geográfica de empresas que apresentam algum grau de especialidade no setor econômico em que atuem. Esses sistemas são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, cooperação e confiança entre os atores. Neste modelo, a cooperação vertical entre fabricantes e compradores tem se mostrado superior à cooperação horizontal entre os agentes econômicos de um segmento econômico particular (Keller, Cattani & Holzmann, 2006).

A definição de APL não se norteia necessariamente pelo tamanho das empresas, mas principalmente pelo caráter incipiente dos vínculos entre os agentes. Apesar disso, alguns autores preferem optar por uma definição mais orientada pelo tamanho das empresas. Este é o caso, por exemplo, de Mytelka & Farinelli (2000), para quem arranjos produtivos são, em geral, constituídos por micro e pequenas empresas, com baixo nível tecnológico, e cujos donos/administradores possuem pouca ou nenhuma capacidade e formação gerencial/administrativa. Também, a mão-de-obra é pouco qualificada, sendo seu treinamento uma prática pouco usual. Face às pequenas ou inexistentes barreiras à entrada, o número de empresas tende a ser muito grande, o que, de um lado, proporciona uma dinâmica acentuada na geração de emprego, por outro dificulta o processo de cooperação interfirmas. Para os autores, esta é a razão pela qual a capacidade de mudança de patamar, no que tange a capacidade de inserção dinâmica, à geração e novos processos e produtos é pequena. Esses arranjos são típicos aglomerados monoprodutores de pequenas e médias empresas, onde o esforço de inovação se limita à cópia sem adaptação.

APL, à vezes, é encarado como sendo uma etapa da trajetória das empresas, que começam micro e pequenas, funcionando muito precariamente. Este enfoque acaba perdendo de vista os aspectos estruturadores de um sistema social de produção. Um APL pode conter micro e pequenas empresas tradicionais, no entanto, não seria esse o foco principal da sua definição. Procurando estruturar o conceito de APL, Cassiolato, Lastres & Szafiro (2000), indicam algumas das principais peculiaridades que devem ser observadas no estudo dessas aglomerações, são elas: a dimensão territorial; a diversidade, das atividades e dos atores; o conhecimento tácito; as inovações e aprendizados interativos e a governança.

O conhecimento informal, não escrito nem institucionalizado, é compartilhado e socializado por empresas, instituições e indivíduos. Essa forma de conhecimento apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades cultural, social e empresarial. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta, ou mesmo impede seu acesso por parte de agentes externos a tais contextos, tornando-se, portanto, elemento de vantagem competitiva para quem o detém.

Quais são os APLs da sua cidade? E da localidade em que se encontra a escola? E do local de moradia do/a educando/a? Este é um exercício pertinente para o momento do curso porque localiza o/a trabalhador/a nos diferentes setores da economia: campo/rural (primário), indústria (secundário) e serviços (terciário). Obviamente, o/a desempregado/a mesmo sem uma atividade laborativa remunerada tem condições de indicar, a partir da sua profissionalização, o ramo de atividade econômica a que pertencia quando estava empregado/a.

2) TELETRABALHO

Teletrabalho significa, literalmente, trabalho a distância, através de equipamentos telemáticos², que pode ser realizado a partir de casa ou em centros que disponibilizem material, utilizando as novas tecnologias da informação como a Internet, o e-mail ou a videoconferência. Trata-se de trabalho realizado quando se utiliza equipamentos que permitem que o trabalho efetivo tenha efeito num lugar diferente do que é ocupado pela pessoa que executa.

O conceito foi popularizado por um estudo de Jack Milles, ex-cientista da NASA, em 1973/1974. Ele definiu o termo como “mover parte ou a totalidade do trabalho para fora do escritório, para casa ou em centro de teletrabalho. Nos anos 60 reaparece em força, na sociedade européia, algo que estava quase extinto desde os finais do século XIX: o trabalho em casa. Inicialmente a inserção se deu na produção de vestuário, têxteis e calçados e depois se estende, na década de 70, a setores como a embalagem e montagem de artigos elétricos e eletrônicos, a alimentação industrial, as bebidas, os detergentes, os plásticos, os cosméticos, etc.

Da convergência das noções de "trabalho à distância" e "trabalho em casa" surge o primeiro conceito de "teletrabalho", nos anos 70. Neste período, a preocupação premente era com relação ao deslocamento de casa para o trabalho, a fim de reduzir os gastos com combustível por conta da crise do petróleo.

² Neologismo para designar a junção entre as tecnologias da informação e as telecomunicações.

Outra vertente para a disseminação dessa prática laborativa no lar foi apresentado como possibilidade de ampliar a convivência familiar e a permanência da mulher em casa como solução para a desestruturação familiar. Portanto, houve uma associação do teletrabalhador com a mulher que combinaria atividades profissionais com tarefas domésticas.

Segundo alguns teóricos estamos inseridos na "nova revolução industrial". Ao contrário da anterior, não se trata agora de produzir mais e melhor determinados bens físicos. Trata-se, agora, de melhor produzir, distribuir e utilizar a informação e o conhecimento. Baseada nas chamadas TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), essa "revolução" cria uma sociedade radicalmente diferente das anteriores, a que muitos chamam "sociedade da informação". As conseqüências dessa sociedade tornam-se visíveis em todos os domínios da vida social. Um desses domínios é o do trabalho. Fala-se cada vez mais, de uma nova forma, supostamente mais flexível, mais produtiva e mais cômoda de organizar o trabalho.

Na contemporaneidade o conceito ganhou nova roupagem, passando a caracterizar todo o trabalho que é efetuado fora do escritório e que é apoiado por tecnologias de comunicação, especificamente aquela ligação à Internet fixa ou móvel, sendo passível de ser aplicado a um trabalho que lide com informação.

Este tipo de trabalho permite que a função profissional seja exercida a partir da residência do trabalhador, que em alguma medida, pode reduzir custos para a empresa, aumentar a produtividade, obter maior satisfação pessoal e economizar espaço no interior da empresa. O teletrabalho perpassa por duas dimensões: a) como forma organizacional capaz de tornar as empresas mais flexíveis e competitivas; b) como estímulo ao auto-empresendedorismo e o trabalho por conta própria, a partir da casa e com a utilização de computador (Huws *apud* Cattani& Holzmann, 2006).

Há uma resistência para a efetivação deste modelo de trabalho de atividade laboral. Existe uma cultura da presença física no local de trabalho e a também a lógica do cumprimento do horário de trabalho. O taylorismo em boa medida ainda exerce grande poder nas relações de trabalho, então, o controle do tempo de trabalho é uma medida de ajuste e regulação do trabalhador.

A bibliografia sobre teletrabalho, geralmente, apresenta as vantagens e desvantagens dessa modalidade de trabalho. Quanto às vantagens podem ser listadas: integração de pessoas com mobilidade reduzida, como é o caso dos portadores de deficiências; diminuição da poluição por causa da redução dos deslocamentos; aumento da autonomia no trabalho; possibilidade de inovação das atividades por tratar-se de ações ligadas ao conhecimento, à cognição e às TIC's; possibilidade de combinar vida privada e trabalho de forma equilibrada, devido à flexibilidade de tempo e local de trabalho; pouca necessidade de acesso a

informações ou material por meio não-informatizado e pouca necessidade de espaço para arquivamento de material.

Por outro lado, os críticos do teletrabalho apontam desvantagens: troca das relações humanas por relações à distância, mediatizadas pelas TIC's; dificuldade de avaliação do trabalho e das perspectivas da promoção na carreira; dificuldade de gerir os limites entre espaço público e privado; reedição do trabalho domiciliar da indústria clássica (tarefas simples realizadas por mulheres mal-remuneradas); dificuldade em separar a vida profissional da vida pessoal; possibilidade de relações de trabalho mais flexíveis serem precarizadas (Rosenfield, Cínara L & Alves, Daniela A. *apud* Cattani&Holzmann, 2006).

3) INFOPROLETÁRIOS

A obra "Infoproletários – Degradação real do trabalho virtual - lançada pela Boitempo em 2009 da dupla de sociólogos Ricardo Antunes e Ruy Braga faz um recorte preferencial pelos operadores de telemarketing e trabalhadores de call center, representantes da atual precarização do trabalho. A tecnologia não aliviou a deterioração do trabalho, apenas a transformou, diz o sociólogo Ricardo Antunes.

Foi decretado o fim do proletariado? Alguns teóricos e inclusive o ideólogo do governo norte-americano Ronald Reagan em 1989, Francis Fukuyama, retoma a tese do "Fim da História" que teve origem em Hegel ainda no século XIX. Essa teoria sustenta, como o nome sugere, o fim dos processos históricos caracterizados como processos de mudança. Para Hegel isso iria acontecer no momento em que a humanidade atingisse o equilíbrio, representado pela ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica, mas com prazo indeterminado para ocorrer.

Essa teoria é retomada no final do século XX e de acordo com os seus pensadores, a História terminou no episódio da Queda do Muro de Berlim. Naquele momento, os antagonismos de classe teriam terminado, segundo alguns analistas. Fukuyama objetivava revigorar a teoria de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade. Em sua percepção, após a destruição do fascismo e do socialismo, a humanidade teria atingido o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes.

Ao contrário do que muitos propugnaram o proletariado não acabou. É essa a tese central do livro "infoproletários", que também pode ser designado de ciberproletariado. Afinal de contas, de quem se trata? De uma ampla gama de trabalhadores que floresceu nas últimas três décadas a partir do aumento do uso da tecnologia da informação, da globalização e da degradação das condições de trabalho. Esse conjunto de processo originou um tipo de

proletário contraditório. Por que contraditório? Ora, ele é de ponta, moderno e usa tecnologia avançada, porém é atrasado, porque herdou condições de trabalho reinantes no início do século XX.

A maior expressão deste tipo de trabalhador é o Operador de Telemarketing. Ele é submetido a um rígido controle do processo de trabalho, não pode conversar com o colega do lado, tem tempo limitado para ir ao banheiro, é punido se não cumpre as metas e faz um trabalho repetitivo e prescrito ao limite. Tal situação remete imediatamente ao trabalhador da era da maquinaria, tão bem expressado no filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin.

Os serviços de *Call Center* estão em franca expansão no mundo e é responsável por uma grande empregabilidade de jovens, que antes de iniciar a jornada de trabalho são submetidos ao som de músicas agitadas e palavras de ordem para enfrentarem o que virá pela frente. A possibilidade de se rebelar é atomizada porque ele não é um trabalhador é um “colaborador”. Ora, um colaborador não se sindicaliza, não pensa em política, é parceiro e quase um sócio da empresa e todos estão juntos, tanto na “saúde” quanto na “doença”.

Outra dimensão do cibertrabalho é o trabalho a distância. Este é o melhor dos mundos possíveis para o capital. O espaço físico de um trabalho com uma divisão bem acentuada e colegas ao entorno subsume para dar lugar ao trabalho em casa (*home office*), em que o público e o privado se entrelaçam sem delimitação de espaço, sobretudo, porque não há definição do que seja trabalho e do que seja ócio e a jornada de trabalho em geral se expande. O trabalhador fica sempre disponível e pode ser incomodado a qualquer hora por conta do trabalho, afinal de contas ele não está só em casa, está também no escritório ou local de trabalho. Perde-se a noção de tempo e todas as suas dimensões e assim, torna-se uma precarização autorizada pela tecnologia.

Agora é possível pensar numa outra vertente para o trabalho a distância se o trabalhador dispõe de “capital cultural” ou consciência de sua condição e concorda com o próprio controle do tempo de trabalho. Porém, o contrário disso é o isolamento, a individualização, o fim do trabalho coletivo e a quebra dos vínculos sociais.

4) MOVIMENTO POLÍTICO-SINDICAL

“Mas quem é o Sindicato? Ele fica sentado em sua casa com telefone? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Você, eu, vocês, nós todos. Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com sua cabeça. Onde moro é a casa dele e quando

você é atacado, ele luta. Mostre-nos que caminho devemos seguir e, nós seguiremos com você. Mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado. Não se afaste de nós. Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós! Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega, mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio conosco, não se afaste de nós!”

Bertold Brecht

O que significa a organização dos trabalhadores em sindicatos? O sindicato, por um lado, é a expressão de organização e luta de trabalhadores, de defesa e conquista de direitos, portanto, criado para compensar a fraqueza do trabalhador atomizado na sua relação contratual com o capital (Cattani, 2002); e, por outro lado, é a manifestação política de uma categoria que se associa às lutas de outros trabalhadores, objetivando tratar das questões de trabalho e de ação sindical como dimensão política mais geral. Estas organizações constituem, na análise marxista, elementos da superestrutura articuladoras dos interesses de classe; portanto, é uma estrutura político- ideológica portadora de uma determinada concepção política, o que faz com que ela possa se tornar, inclusive, um aparelho do Estado (Althusser, 1974).

Os sindicatos podem se organizar por ramo, por categoria e por empresa e a estrutura sindical pode fundamentar-se no sindicato único ou no pluralismo sindical. Eles podem ainda desenvolver-se num contexto de liberdade de organização, mas também em situações tuteladas pelo poder político, tal como ocorreu no Brasil antes de 1988 e em Portugal no regime salazarista³. Nesta situação, *“os sindicatos adotaram funções de enquadramento e de subordinação das reivindicações dos trabalhadores aos interesses definidos pelo regime político”* (Cattani, 2002: 288-289). Portanto, sindicato e profissão se vinculam mutuamente, pois o sindicato agrupa pessoas de uma profissão por meio de uma organização interna para assegurar a defesa e a representação da respectiva profissão.

A contribuição do marxismo não está elaborada num espaço específico do modelo

³ Referência a António de Oliveira Salazar que implantou um Estado Novo (1933-1974) em Portugal, alegando defender as doutrinas sociais da Igreja Católica, adotou um modelo autoritário, nacionalista e fascista.

teórico marxista. Ela só pode ser entendida no contexto da análise que Marx e Engels realizam da sociedade capitalista e dos fatores da sua mudança, no século XIX. Decorre daí que a classe operária, como vanguarda, teria um papel central na transformação política. Foi relevante na análise marxiana clássica o fato de situar o fenômeno sindical numa sociedade estruturalmente dividida em classes sociais, superar os limites de uma abordagem meramente “comportamentalista” – em sentido psicológico estrito – das suas origens e motivações. Nesse sentido, o trabalho de Engels (1988) sobre a classe trabalhadora inglesa é uma referência.

A perspectiva “revolucionária” leninista apresenta uma clara hierarquização entre o partido e o sindicato, a ação econômica reivindicativa e a ação política autônomo dos trabalhadores. Lênin (1979) retoma na sua totalidade a visão formulada por Marx e Engels acerca dos limites estruturais da luta sindical e econômica. Ele compreende que para os sindicatos contribuírem para o projeto de transformação social por meio das lutas do trabalho eles devem se transformar em “escolas de socialismo”. Para que isso ocorra, devem estar colocados sob a orientação da estratégia política revolucionária do partido. Entendido este como a organização capaz de apreender a totalidade da estrutura dos conflitos sociais e da dinâmica do processo histórico, e de planejar as estratégias e táticas da luta cotidiana dos trabalhadores de modo a explorar os mecanismos desta dinâmica e desta estrutura de conflitos que são favoráveis à vitória destas lutas e à realização da missão histórica do proletariado.

Por fim, no interior do marxismo Lênin ressalta que o sindicato é o *locus* onde “devemos emprender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência” (Lênin, 1979:83), por entender que ele “é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui; uma escola de tipo completamente diferente” (Lênin, 1979:293).

Na realidade, hoje os sindicatos estão padecendo por conta da impregnação da lógica corporativa e pela acomodação à legislação sindical. Há uma ausência de sentimento de categoria socioprofissional e de classe trabalhadora que se alia à baixa capacidade de mobilização dos sindicatos.

Apesar da crise, não se trata de dizer que o sindicalismo perdeu o seu papel ou se tornou uma instituição *démodé*, do passado, e que está destinado a se extinguir, como interpretou Leôncio Martins Rodrigues, em sua obra “Destino do Sindicalismo” (2002). Os sindicatos representam um elemento de organização dos trabalhadores, em uma situação de desorganização social e coletiva, e ainda têm papel essencial a

desempenhar: de articulador, mobilizador do diverso e do múltiplo mundo do trabalho.

Dizer que rumamos para uma sociedade do não-trabalho, conforme se interpreta da obra do sociólogo italiano, Domenico De Masi (2001), não se sustenta. O que tem acontecido são deslocamentos no mundo do trabalho e uma intensificação da exploração dos trabalhadores formais. Há uma redução do trabalho, mas também uma intensificação da jornada (Dal Rosso, 2008).

Para os que acreditam que a forma-sindicato está esgotada, que já não consegue dar respostas para as transformações em curso no mundo do trabalho, concordamos com o professor e sociólogo Antonio David Cattani, quando diz que *“o sindicato permanece como um componente essencial na organização da sociedade democrática. A reestruturação econômica não diminuiu sua importância, pelo contrário, aumentou ainda mais. Os sindicatos continuam sendo uma instância indispensável para o aperfeiçoamento das relações de produção, para a defesa dos interesses dos mais desfavorecidos na esfera da produção e para a reconstrução do espírito de solidariedade e de igualdade que anima as iniciativas mais progressistas do ser humano”* (Cattani, 2002).

Neste sentido, a greve tem sido uma das grandes expressões do sindicalismo combativo. Ela deve ser entendida como uma interrupção provisória do trabalho, que se manifesta pela decisão de um grupo de trabalhadores com o objetivo de almejem o atendimento de suas reivindicações específicas no âmbito da empresa, ou ainda de forma geral, envolvendo interesses da população. Na visão do sociólogo Antonio David Cattani e da Socióloga Lorena Holzman, a greve é uma ação coletiva distinta das ações ou protestos individuais, dos atos de sabotagem ou do absenteísmo, mesmo quando envolvem grupos de trabalhadores. Ela pode ser deflagrada de modo espontâneo ou ser decorrente de estratégias organizadas previamente por sindicatos em seus planos de ação (Cattani & Holzman, 2006).

Existe um esgotamento da greve como estratégia de resistência e reivindicação? Os autores acima alegam que esta ação coletiva tem duração e desdobramentos imprevisíveis e que, historicamente, *“o movimento paredista não evolui de forma linear e cumulativa (...) O recrudescimento das explosões grevistas, abalando o aparente marasmo social e a letargia sindical, surpreende pela sua imprevisibilidade, tal como em maio de 1968”* (Cattani & Holzman, 2006. p. 153).

A greve tem importância sociológica e também política, não somente no entendimento da ação coletiva enquanto tal, mas também como uma ação que perdura no tempo e no espaço como estratégia de resistência e reivindicação. Historicamente,

ela foi utilizada Tanto nos períodos pré-capitalistas como no capitalismo contemporâneo pelas categorias mais organizadas dos trabalhadores e não pelos setores proletarizados mais pobres (Sinay *apud* Cattani & Holzman, 2006).

5) A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE POLITIZAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL-ECONÔMICA

A Economia Solidária se caracteriza hoje como uma política pública de incentivo, sensibilização e apoio às iniciativas de desenvolvimento econômico de comunidades e grupos que se organizam de forma democrática.

A Economia Solidária aparece entre as décadas de 80 e 90 no Brasil em virtude de uma grande crise no mercado de trabalho, com um desemprego em massa decorrente da perda de milhões de postos de trabalho. Assim, surgiram duas categorias principais na Economia Solidária: o grupo de trabalhadores que desenvolvem atividades produtivas e econômicas com uma proposta de organização democrática; e as instituições de fomento, com apoio tanto direto quanto indireto aos empreendimentos (Singer, 2003). Atualmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária refere-se a uma terceira categoria: os gestores.

Foi também na década de 1980 que a Cáritas Brasileira⁴ financiou o que foi denominado de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) com o objetivo de estimular a geração de renda de forma associativa com moradores das comunidades mais pobres, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural.

Outra experiência de organização autogestionária surgiu a partir de empresas falidas ou que estavam em vias de ir à falência. Uma organização de produção que se origina desta mudança na forma de organização vive, segundo Holzmans (2001), intensamente as contradições entre trabalho e capital e nesse *lôcus* é visível “o jogo de resistências e estratégias que se dá no interior da fábrica, recolocando-a como espaço político”. Ou seja, nesse ambiente é possível se construir ações coletivas de enfrentamento e conseqüentemente identidades de resistência. Estas experiências surgem principalmente na década de 90.

A criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) em 1994 e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) atuaram na busca de impulsionar e fortalecer as iniciativas autogestionárias. Em 2000 a ANTEAG possuía 50 empreendimentos associados, com aproximadamente 20 mil trabalhadores sócios.

4 Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica.

A história da Economia Solidária não é uma história de linearidades, pois experiências similares surgiram com maior ou menor predominância em diferentes momentos históricos, tanto no Brasil como em outros países. A Economia Solidária no Brasil surge como uma proposta que representa uma soma de experiências que compartilham alguns pontos em comum como a autogestão, a emancipação, a integração com o trabalho comunitário, a solidariedade, a preocupação com o bem-estar de seus trabalhadores e com a sustentabilidade. Essa é a realidade de alguns trabalhadores, deixaram de se inserir no mercado de trabalho por meio do assalariamento ou da informalidade e optaram por se organizar coletivamente para produzir e gerenciar as atividades administrativas deste coletivo. Existem formas de viabilizar essas iniciativas e para isso buscamos divulgar essa forma de organização social que privilegia a autonomia e a emancipação pelo e no trabalho. No Brasil, diferentes experiências que estiveram presentes em vários momentos históricos, mas que não haviam sido reunidas em torno de uma mesma conceituação, foram agregadas pelo conceito de Economia Solidária com o intuito de integrar experiências que compartilhavam valores semelhantes.

Segundo Paul Singer,⁵ a economia solidária “se desenvolve em resposta às crises do capitalismo e, na medida em que expande e robustece, demonstra que a democracia na produção e distribuição não é utopia e nem se opõe ao desenvolvimento das forças produtivas” (Singer, 2002, p. 12). É uma forma de organização que tanto está por vir quanto pretende colocar a serviço do trabalhador as forças produtivas. A Economia Solidária na América Latina e no Brasil se caracteriza pela busca deste espaço de ação política e econômica. Para Paul Singer, o conceito de Economia Solidária pode ser definido como “as organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”(Singer, 2003, p. 116).

A proposta da Economia Solidária busca a emancipação do trabalhador das práticas de exploração e dominação do sistema nada solidário do capitalismo. Segundo Santos as cooperativas são uma destas alternativas que “não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas” (Santos, 2002, p. 29).

5 Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal brasileiro.

Você conhece algum empreendimento solidário? Uma cooperativa, associação, um banco comunitário ou grupo informal que produz de forma coletiva, tem uma gestão democrática e divide os ganhos de forma equitativa? Essa informação e o conhecimento sobre ela elucidam o que foi apontado no início deste texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1974.
- ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (orgs). Infoproletários – degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- CASSIOLATO, J., LASTRES H. E SZAPIRO, M. Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. NT 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro 2000.
- CATTANI, Antonio David & HOLZMANN (Orgs). Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. 4ª Ed. ver. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- CIAVATTA, Maria. Mediações Históricas de Trabalho e Educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro – 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.
- DAL ROSSO, Sadi. Mais Trabalho! A Intensificação do Labor na Sociedade Contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DE MASI, Domenico. O Ócio Criativo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2001.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- HOLZMANN, L. Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. Sobre os Sindicatos. São Paulo: LECH, 1979.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: Marx, Karl. Os pensadores. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MYTELKA, L. K., FARINELLI, F. *Local clusters; innovation systems and sustained competitiveness*. Nota Técnica nº 5 do Projeto: Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000.
- RÊSES, Erlando da Silva. Análise da Inclusão do Eixo Trabalho nas Políticas Públicas de Educação: Avanços e Desafios. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira e SILVA, Maria Abádia

(orgs.). Avaliação de Políticas Públicas de Educação. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Destino do Sindicalismo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 29

SINGER, Paul Economia Solidária. In: CATTANI, David Antônio (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116-124.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. Revista Sociedade e Estado: dádivas e solidariedades urbanas, v. 16, n. 1/2, jan./dez. 2001. p. 12.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, David Antônio (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116.

TIRIBA, Lia e CIAVATTA, Maria (orgs). Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Os românticos – A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.